

30/09/2011

PLENÁRIO

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 611.505 SANTA CATARINA

RELATOR : **MIN. AYRES BRITTO**
REDATOR DO ACÓRDÃO : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
RECTE.(S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**
RECDO.(A/S) : **TRANSMAGNA TRANSPORTES LTDA**
ADV.(A/S) : **MARCOS RODRIGUES PEREIRA**

EMENTA: REPERCUSSÃO GERAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDÊNCIA SOBRE VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DE AUXÍLIO-DOENÇA. AUSÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.

I – A discussão sobre a incidência, ou não, de contribuição previdenciária sobre valores pagos pelo empregador nos primeiros quinze dias de auxílio-doença situa-se em âmbito infraconstitucional, não havendo questão constitucional a ser apreciada.

II – Repercussão geral inexistente.

Decisão: O Tribunal, por maioria, recusou o recurso ante a ausência de repercussão geral da questão, por não se tratar de matéria constitucional, vencidos os Ministros Min. Marco Aurélio, Min. Dias Toffoli e Min. Gilmar Mendes. Não se manifestaram os Ministros Min. Cezar Peluso, Min. Joaquim Barbosa e Min. Cármen Lúcia.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI

Redator para o acórdão

30/09/2014

TRIBUNAL PLENO

REPERCUSSÃO GERAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO 611.505 SANTA CATARINA

Trata-se de recurso extraordinário, interposto com fundamento na alínea a do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça. Acórdão que ficou assim ementado, na parte que interessa à resolução da causa (fls. 154/155):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO ESPECIAL [...] APELO DA UNIÃO: CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA. CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

[...]

3. Relativamente aos valores percebidos pelo empregado nos primeiros quinze dias de afastamento do trabalho por motivo de doença (auxílio-doença), não é devido o recolhimento por parte da empresa de contribuição previdenciária, tendo em vista o posicionamento consolidado deste Tribunal acerca da sua natureza não-salarial.

[...]

5. Conforme já proclamou a Quinta Turma desta Corte, ao julgar os Edcl no Resp 622.724/SC (REVJMG, vol 174, p. 385), não há que se falar em violação ao princípio constitucional da reserva de plenário (art. 97 da Lex Fundamentalís) se, nem ao menos implicitamente, foi declarada a inconstitucionalidade de qualquer lei.

[...]

2. Opostos embargos declaratórios, foram eles rejeitados, dando-se que, na seqüência, a União interpôs o apelo extremo. Ao fazê-lo, sustentou, preliminarmente, a presença da repercussão geral das questões constitucionais discutidas. Quanto ao mais, a parte recorrente sustentou que o acórdão recorrido violou o art. 97 da Constituição Federal, ao afastar a aplicação dos arts. 60, § 3º da Lei nº 8.213/91, 22, I, 28, I e § 9º da Lei nº 8.212/91 (sic, fls. 415). Afirmou que o aresto impugnado violou a letra a do inciso I do



RE 611.505 RG / SC

art. 195 da Constituição Republicana.

3. Ultimado esse resumo dos acontecimentos, passo a me manifestar. Fazendo-o, anoto que, ao apreciar casos análogos, esta nossa Casa de Justiça assentou que o Superior Tribunal de Justiça não violou o art. 97 da Constituição Federal. Mais: que, quanto ao mérito, não há questão constitucional a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal. Leia-se, a propósito, o seguinte trecho do voto condutor do Agravo Regimental no AI 789.162, da relatoria do ministro Marco Aurélio:

[...]

Atentem para o que decidido na origem. O Superior Tribunal de Justiça, ao negar provimento ao recurso, manteve a decisão agravada pelos próprios fundamentos, registrando não ser de natureza previdenciária a verba paga ao empregado nos primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença, uma vez que não possui natureza remuneratória, inexistindo prestação de serviços.

O deslinde da controvérsia deu-se sob o ângulo estritamente legal e não considerada a Carta República. Em momento algum houve a declaração de inconstitucionalidade de ato normativo ou afastamento da respectiva incidência. Está-se diante de conflito de interesses que tem desfecho na origem, não ensejando campo de acesso ao Supremo.

[...]

4. Nessa mesma vertente, confirmam-se os seguintes precedentes: AIs 780.674-AgR (Primeira Turma), da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski; 771.671-AgR (Segunda Turma), da relatoria do ministro Eros Grau; e 767.064-AgR (Primeira Turma), da relatoria da ministra Cármen Lúcia.

5. Presente essa moldura, e considerando que há pronunciamentos de ambas as turmas desta nossa Casa de Justiça sobre a matéria, proponho, excepcionalmente, que seja reafirmada a jurisprudência no sentido de que o Superior Tribunal de Justiça, ao assentar a natureza não-salarial do auxílio-doença (e, por conseguinte, concluir pela não-incidência da contribuição previdenciária), não declarou a inconstitucionalidade de ato normativo, nem afastou a respectiva incidência. Pelo que não há falar de violação ao art. 97 da Constituição Federal.

6. De mais além, manifesto-me pela ausência de repercussão geral na questão alusiva à incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias

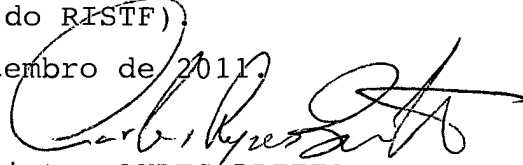


RE 611.505 RG / SC

do auxílio-doença. Isso porque não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta Suprema Corte, falta ao caso elemento de configuração da própria repercussão geral, conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

Submeto a matéria ao conhecimento dos demais ministros deste colendo Tribunal (art. 323 do RISTF).

Brasília, 05 de setembro de 2011.



Ministro AYRES BRITTO

Relator

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 611.505 SANTA CATARINA

PRONUNCIAMENTO

AUXÍLIO-DOENÇA – PRIMEIROS QUINZE DIAS – NATUREZA DO VALOR SATISFEITO – DEFINIÇÃO LEGAL – ARTIGO 60, § 3º, DA LEI Nº 8.213/91 – AFASTAMENTO POR ÓRGÃO FRACIONADO – RESERVA DE PLENÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL.

SALÁRIO – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – ARTIGO 195, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO – AFASTAMENTO NA ORIGEM – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA.

1. A Assessoria prestou as seguintes informações:

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário nº 611.505/SC, da relatoria do Ministro Ayres Britto, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral às 17 horas e 57 minutos do dia 9 de setembro de 2011.

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial nº 1.024.826/SC, assentou a não incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias do recebimento do auxílio-doença. Consignou não possuir a citada verba natureza

RE 611.505 RG / SC

remuneratória, haja vista a não prestação de serviços naquele período pelo trabalhador, sendo este o entendimento consolidado na aludida Turma. Afastou a alegação de ofensa ao artigo 97 da Carta da República, porquanto, na decisão monocrática, não houve declaração de inconstitucionalidade dos artigos 22, inciso I, 28, inciso I e § 9º, da Lei nº 8.212/91 e 60, § 3º, da Lei nº 8.213/91, mas tão somente a negativa de vigência aos mencionados dispositivos.

Os embargos de declaração interpostos foram desprovidos.

No extraordinário protocolado com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, a União argui transgressão aos artigos 5º, incisos XXXV e LIV, 93, inciso IX, 97 e 195, inciso I, alínea “a”, do Texto Maior. Sustenta que, na decisão recorrida, ao assentar-se a não aplicação dos artigos 22, inciso I, 28, inciso I e § 9º, da Lei nº 8.212/91 e 60, § 3º, da Lei nº 8.213/91, ter-se-ia violado o princípio da reserva de plenário, porquanto tal entendimento equivaleria a uma declaração de inconstitucionalidade dos referidos preceitos legais. Aduz a obrigatoriedade do recolhimento da citada contribuição nos primeiros quinze dias de afastamento do empregado, pois, mesmo não havendo a prestação de serviços pelo obreiro, o salário estaria sendo pago no período, configurando interrupção do contrato de trabalho. Saliencia a natureza salarial das mencionadas verbas, resultantes do próprio vínculo empregatício existente.

Sob o ângulo da repercussão geral, afirma estar em jogo questão que ultrapassa os limites subjetivos da causa. A relevância econômica do tema estaria caracterizada, porquanto a manutenção do ato impugnado acarretaria o não recolhimento de vultosos valores aos cofres do erário, prejudicando a estabilidade do sistema de Previdência Social.

RE 611.505 RG / SC

A recorrida, em contrarrazões, aponta ausência de matéria constitucional e ofensa indireta à Lei Maior. Diz do acerto da decisão proferida, por não vislumbrar violação ao artigo 97 do Texto de 1988.

O extraordinário não foi admitido na origem.

O relator deu provimento ao agravo, convertendo-o em extraordinário.

A Procuradoria Geral da República apresentou parecer, opinando pelo não conhecimento do extraordinário, por ser a jurisprudência do Supremo no sentido da natureza infraconstitucional da controvérsia.

Eis o pronunciamento do relator, Ministro Ayres Britto:

Trata-se de recurso extraordinário, interposto com fundamento na alínea a do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça. Acórdão que ficou assim ementado, na parte que interessa à resolução da causa (fls. 154/155):

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO.
AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO
ESPECIAL [...] APELO DA UNIÃO:
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO-
INCIDÊNCIA SOBRE OS VALORES PAGOS PELO
EMPREGADOR AO EMPREGADO NOS
PRIMEIROS QUINZE DIAS DO AUXÍLIO-
DOENÇA. PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL.
ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CARTA
MAGNA. NÃO-OCORRÊNCIA.
CONTRARIEDADE AO ART. 195, I, A, DA CF/88.
IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA
INSTÂNCIA SUPERIOR. AGRAVOS REGIMENTAIS

RE 611.505 RG / SC

DESPROVIDOS.

[...]

3. Relativamente aos valores percebidos pelo empregado nos primeiros quinze dias de afastamento do trabalho por motivo de doença (auxílio-doença), não é devido o recolhimento por parte da empresa de contribuição previdenciária, tendo em vista o posicionamento consolidado deste Tribunal acerca da sua natureza não-salarial.

[...]

5. Conforme já proclamou a Quinta Turma desta Corte, ao julgar os Edcl no Resp 622.724/SC (REVJMG, vol 174, p. 385), não há que se falar em violação ao princípio constitucional da reserva de plenário (art. 97 da Lex Fundamentalís) se, nem ao menos implicitamente, foi declarada a inconstitucionalidade de qualquer lei.

[...]

2. Opostos embargos declaratórios, foram eles rejeitados, dando-se que, na seqüência, a União interpôs o apelo extremo. Ao fazê-lo, sustentou, preliminarmente, a presença da repercussão geral das questões constitucionais discutidas. Quanto ao mais, a parte recorrente sustentou que o acórdão recorrido violou o art. 97 da Constituição Federal, ao afastar a aplicação dos arts. 60, § 3º da Lei nº 8.213/91, 22, I, 28, I e § 9º da Lei nº 8.212/91 (sic, fls. 415). Afirmou que o aresto impugnado violou a letra a do inciso I do art. 195 da Constituição Republicana.

RE 611.505 RG / SC

3. Ultimado esse resumo dos acontecimentos, passo a me manifestar. Fazendo-o, anoto que, ao apreciar casos análogos, esta nossa Casa de Justiça assentou que o Superior Tribunal de Justiça não violou o art. 97 da Constituição Federal. Mais: que, quanto ao mérito, não há questão constitucional a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal. Leia-se, a propósito, o seguinte trecho do voto condutor do Agravo Regimental no AI 789.162, da relatoria do ministro Marco Aurélio:

[...]

Atentem para o que decidido na origem. O Superior Tribunal de Justiça, ao negar provimento ao recurso, manteve a decisão agravada pelos próprios fundamentos, registrando não ser de natureza previdenciária a verba paga ao empregado nos primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença, uma vez que não possui natureza remuneratória, inexistindo prestação de serviços.

O deslinde da controvérsia deu-se sob o ângulo estritamente legal e não considerada a Carta República. Em momento algum houve a declaração de inconstitucionalidade de ato normativo ou afastamento da respectiva incidência. Está-se diante de conflito de interesses que tem desfecho na origem, não ensejando campo de acesso ao Supremo.

[...]

4. Nessa mesma vertente, confirmam-se os seguintes precedentes: AIs 780.674-AgR (Primeira Turma), da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski; 771.671-AgR (Segunda Turma), da relatoria do ministro Eros Grau; e 767.064-AgR (Primeira Turma), da relatoria da ministra

RE 611.505 RG / SC

Cármem Lúcia.

5. Presente essa moldura, e considerando que há pronunciamentos de ambas as turmas desta nossa Casa de Justiça sobre a matéria, proponho, excepcionalmente, que seja reafirmada a jurisprudência no sentido de que o Superior Tribunal de Justiça, ao assentar a natureza não-salarial do auxílio-doença (e, por conseguinte, concluir pela não-incidência da contribuição previdenciária), não declarou a inconstitucionalidade de ato normativo, nem afastou a respectiva incidência. Pelo que não há falar de violação ao art. 97 da Constituição Federal.

6. De mais além, manifesto-me pela ausência de repercussão geral na questão alusiva à incidência da contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias do auxílio-doença. Isso porque não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta Suprema Corte, falta ao caso elemento de configuração da própria repercussão geral, conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

Submeto a matéria ao conhecimento dos demais ministros deste colendo Tribunal (art. 323 do RISTF).

Brasília, 05 de setembro de 2011.

Ministro AYRES BRITTO

Relator

Destaco constar da presente repercussão geral questão relativa à reafirmação da jurisprudência do Supremo.

RE 611.505 RG / SC

2. Presente a óptica do relator, amesquinha-se o instituto da repercussão geral. É próprio ao recurso extraordinário em que se veicule matéria constitucional.

No caso, trancado o citado recurso, veio a ser interposto agravo. O relator a ele deu provimento, mas, a seguir, de forma conflitante, assentou que, na origem, a controvérsia teria sido dirimida sob o ângulo estritamente legal.

O quadro revela justamente o contrário. Órgão fracionado do Superior Tribunal de Justiça afastou o que previsto no artigo 60, § 3º, da Lei nº 8.213/91, ou seja, o enquadramento, como salário, do que satisfeito pelo empregador nos primeiros quinze dias do auxílio-doença. Já nesse ponto, vê-se a contrariedade ao Verbete Vinculante nº 10 da Súmula do Supremo:

Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.

3. Admito a existência de repercussão geral.
4. À Assessoria, para acompanhar a tramitação do incidente.
5. Publiquem.

Brasília – residência –, 16 de setembro de 2011, às 22h10.

Ministro MARCO AURÉLIO